Bolsonaro suspeito de incitar ações golpistas

Moraes atende pedido da PGR e inclui o ex-presidente na investigação sobre atos extremistas, que busca identificar a autoria intelectual dos protestos violentos de domingo. Defesa do ex-chefe do Executivo nega relação dele com manifestação

» RONAYRE NUNES
» ALINE BRITO

Evaristo Sa/ AFP

Bolsonaro será investigado na frente que mira "expositores de teorias golpistas que promoveram a mobilização da massa violenta"

> **Ele (Bolsonaro) jamais teve qualquer relação ou participação nestes movimentos sociais espontâneos realizados pela população"**
>
> ***Frederick Wassef,***
> *advogado do ex-presidente*

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, acatou pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e vai incluir o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no inquérito que apura os atos terroristas de domingo passado em Brasília.

A solicitação, feita pelo coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, é para que Bolsonaro seja investigado por instigação e autoria intelectual dos ataques que depredaram os prédios dos Três Poderes.

Na quinta-feira, 79 procuradores e subprocuradores enviaram ao procurador-geral da República, Augusto Aras, um documento pedindo investigação contra o ex-presidente pelo crime de incitação, em decorrência de uma publicação feita por ele no Facebook. Na postagem, apagada horas depois, o ex-chefe do Executivo lança suspeitas infundadas sobre a lisura das eleições, a atuação de ministros do STF e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. A publicação foi feita na terça-feira, dois dias depois dos ataques aos Poderes.

"Ocupando o mais alto cargo do país, em numerosas oportunidades, ele (Bolsonaro) lançou, sem qualquer respaldo na realidade, dúvida sobre a higidez dos pleitos, que, aliás, o elegeram ao longo de décadas. Suas falas, portanto, mostraram-se ocupar uma posição de destaque na câmara de eco desinformativo do país", afirmaram os procuradores na representação enviada à PGR.

Aras repassou a petição ao subprocurador Carlos Frederico Santos. Em conversa com o **Correio**, o coordenador do Grupo Estratégico explicou que avaliou o documento e entendeu que cabia investigar Bolsonaro. Por isso, o encaminhou ao STF.

"Não se nega a existência de conexão probatória entre os fatos contidos na representação e o objeto deste inquérito (o 4.921), mais amplo em extensão. Por tal motivo, justifica-se a apuração global dos atos praticados antes e depois de 8 de janeiro de 2023 pelo representado (Bolsonaro)", sustentou Santos.

Milícias digitais

Essa não é a primeira apuração sobre atos contra a democracia que atinge o ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele também é investigado no inquérito das milícias digitais, que mira a atuação de grupos mobilizados na internet para atacar as instituições.

Ele também solicitou ao STF que seja expedida ordem imediata ao provedor de aplicação Meta para preservação do vídeo postado e apagado no perfil do ex-presidente no Facebook.

Bolsonaro será investigado na frente que mira "expositores de teorias golpistas que promoveram a mobilização da massa violenta". A primeira medida sugerida na investigação é que o tribunal determine a recuperação e o armazenamento do vídeo.

Na decisão, Moraes afirma que o pronunciamento de Bolsonaro, na rede social, "se revelou como mais uma das ocasiões em que o então mandatário se posicionou de forma, em tese, criminosa e atentatória às instituições, em especial o Supremo Tribunal Federal — imputando aos seus ministros a fraude das eleições para favorecer eventual candidato — e o Tribunal Superior Eleitoral, sustentando, sem quaisquer indícios, que o resultado das eleições foi fraudado".

Defesa

Em nota, o advogado de Bolsonaro, Frederick Wassef, afirma que o ex-presidente "sempre repudiou todos os atos ilegais e criminosos e sempre falou publicamente ser contra tais condutas ilícitas, assim como sempre foi um defensor da Constituição e da democracia".

O advogado recorre a um bordão do ex-chefe do Executivo de que "sempre atuou dentro das quatro linhas da Constituição". "O presidente Jair Bolsonaro repudia veementemente os atos de vandalismo e depredação do patrimônio público cometidos pelos infiltrados na manifestação. Ele jamais teve qualquer relação ou participação nestes movimentos sociais espontâneos realizados pela população", sustenta Wassef. (**Com Agência Estado**)

Pacheco busca a reparação de danos

» ÂNDREA MALCHER

Leonardo Prado/SECOM/MPF

Presidente do Senado entrega a Aras o pedido de bloqueio de bens dos extremistas

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), levou, ontem, à Procuradoria-Geral da República (PGR), uma representação contra os 44 detidos pela Polícia Legislativa durante os atos terroristas contra o Congresso, no domingo. O parlamentar avaliou que punições baseadas na lei são ferramentas para desestimular futuras situações de ameaça democrática. Ele pediu a manutenção da prisão dos extremistas e o bloqueio de bens deles.

No documento, há o detalhamento das armas usadas nos ataques e um levantamento preliminar dos prejuízos causados à estrutura e ao mobiliário da Casa. A estimativa é que os estragos no Senado somem R$ 4 milhões, entre vidros quebrados, materiais de defesa da Polícia Legislativa, obras de arte, carpete e pisos danificados, bem como computadores quebrados.

Pacheco defendeu que medidas sejam tomadas para que os responsáveis arquem com os prejuízos que causaram. "No âmbito penal, as medidas cautelares, como o bloqueio de ativos, aquilo que couber, serão importantes para garantir a reparação do dano. Porque não é justo que o povo brasileiro pague pelos danos cometidos por uma minoria extremista que pretendia fazer um golpe no país", enfatizou o senador.

Para Pacheco, outro grupo que deve ser responsabilizado é o de parlamentares suspeitos de envolvimento nos atos. "Nosso desejo é que haja empenho de todo o Ministério Público Federal, desde o procurador da República até todas as instâncias nos estados para atuar em repreensão a esses fatos, e evitarmos que outros fatos como esse possam acontecer a partir de algum sentimento de impunidade que possa surgir", acentuou.

Ao receber a representação, o procurador-geral da República, Augusto Aras, garantiu que está comprometido com a apuração e a identificação dos responsáveis e que, até o início da próxima semana, vai mover processo penal e ações cautelares contra aqueles já identificados.

"Este procurador-geral constituiu grupos de trabalho para a identificação da autoria e da materialidade dos fatos ilícitos cometidos, sejam aqueles meramente danosos, ou aqueles preparatórios e com sublevação do regime. Adotaremos providências imediatas", frisou.

Aras, nomeado para o cargo pelo então presidente Jair Bolsonaro, teve uma semana tensa. Pressionado por membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), ele criou, na terça, a Comissão Temporária para Defesa da Democracia, formada por 116 procuradores e de duração mínima de um ano.

O CNMP levou em consideração a missão constitucional do Ministério Público de defender a ordem jurídica e o regime democrático para instituir o grupo, formado em menos de 48 horas após os vandalismos de domingo. A PGR solicitou também informações sobre providências adotadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e pela Procuradoria da República do DF (PRDF).

Na quarta-feira, Aras estabeleceu o Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, que ficará responsável por "coordenar as ações e o trabalho de investigação dos crimes tanto junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) quanto às demais instâncias de atuação do Ministério Público Federal (MPF), respeitada a independência funcional dos membros". O subprocurador-geral da República, Carlos Frederico Santos, coordena o grupo.

Aras é alvo de críticas desde que assumiu a PGR por não dar andamento a pedidos de investigação contra Bolsonaro.